

A MISÉRIA DO MUNDO: TRINTA ANOS DEPOIS, PENSAR BOURDIEU AINDA.

JORGE LUIZ BARRETO RIBEIRO⁶

RESUMO

Este artigo retoma a discussão das desigualdades sociais no contexto da sociedade neoliberal, sob a perspectiva do arcabouço teórico de Pierre Bourdieu. Objetiva-se apreender a reprodução desta ordem que, em grande parte, está atrelada à concentração dos diversos capitais: econômico, social, cultural e simbólico. Nesta perspectiva, o capital cultural é central, tendo em vista que o conhecimento gerado pelas instituições de ensino, é uma importante fonte de conhecimento emancipador. Aqui, saber é poder. Poder que gera outros poderes. Observamos que a abordagem segue a metodologia cuja fontes de dados são secundários, a partir de textos teóricos. Privilegiando o método de análise de cunho qualitativo, pois, nos interessa apreender o significado e as consequências da reprodução social. Analisaremos os dados abordando o método dialético, de modo a assinalar as contradições na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Pierre Bourdieu, Neoliberalismo, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

*This article resumes the discussion of social inequalities from the perspective of Pierre Bourdieu's theoretical framework. It aims to apprehend the persistence of this anti-democratic order that, to a large extent, is linked to the concentration of various capitals: economic, social, cultural and symbolic. In this perspective, cultural capital is central, considering that the knowledge generated by educational institutions is an important source of emancipatory knowledge. Here, knowledge is power. We observed that the approach follows the methodology makes use of theoretical texts as sources of secondary data. Prioritizing the qualitative method of analysis, as we are interested here in apprehending the meaning and consequences of social reproduction. We will analyze the data addressing the dialectical principle, in order to point out the contradictions in contemporary society, 30 years after the publication of *Miséria no Mundo*, by Pierre Bourdieu.*

KEYWORDS: Pierre Bourdieu, Neoliberalism, Social Movements.

⁶ UESB

INTRODUÇÃO

Preocupado com as antinomias da sociedade moderna, sobretudo a partir de 1960, Bourdieu (2007) analisa a exclusão social dos grupos historicamente vulneráveis, constituídos por trabalhadores, pobres, imigrantes, negros, etc. De um modo geral, o autor adverte para a reprodução das desigualdades sociais derivada do capital que deveria emancipá-los, o sistema educacional de ensino, a saber, o capital cultural (BOURDIEU e PASSERON, 2014). Não podemos desconsiderar o fato de que as políticas desenvolvimentistas estruturadas pela sociedade pós-industrial tem como principal insumo produtivo o conhecimento (DE MASI, 2001), seja derivado do conhecimento tácito (pessoal) ou codificado (sistema educacional, representado uma importante estratégia para a mobilidade social (PIKETTY, 2014).

Abordaremos tal problemática privilegiando o pensamento Bourdieu, a partir de seus diversos capitais: capitais econômico, social, cultural e simbólico. Assim como os conceitos de campo e espaço (BONNEWITI, 2003) para subsidiar a abordagem dos movimentos sociais na sociedade contemporânea como práxis e, assim, melhor apreender o enfrentamento da recente onda neoliberal em sua vertente da extrema direita, tipicamente excludente (DAVIS, 2020).

Abordar-se-á o pensamento de Bourdieu sob uma perspectiva panorâmica, todavia, é uma oportunidade para celebrar os trinta anos da publicação da obra *A Miséria do Mundo* (BOURDIEU, 2008). Dito assim, não aprofundaremos, em seu conteúdo, mas ela norteará nossa discussão, tendo em vista o recrudescimento da pobreza e miséria provocada pela nova onda neoliberal de extrema direita no enfrentamento da pandemia covid-19 (ANTUNES, 2020)

Para tanto, utilizaremos algumas de suas categorias analíticas para apreender as contradições permanentes na sociedade pós-industrial, cujo insumo principal é o conhecimento para maximizar a inovação de bens e serviços. Dentre outros destaques, chamamos a atenção para a sobreposição do capital cultural de Bourdieu, dada a importância para a produção e reprodução social.

Informamos também que utilizaremos ao longo do texto, outros autores que abordam as temáticas aqui propostas, tais como a sociedade pós-industrial, movimentos sociais, práxis etc.

1 - O entrelaçamento dos capitais

Ainda que sem esgotá-la conceitualmente, o capital de Bourdieu representa um importante

fator explicativo para entender a complexidade dos processos de produção e reprodução da hegemonia social. E, por conseguinte, permite apreender a dificuldade de sair da pobreza e miséria, na medida em que não se tem acesso ao conjunto destes recursos. Aceito assim, vejamos mais detalhadamente a seguir (BOURDIERU, 1975; BONNEWITI, 2003).

A - O capital econômico, apesar de ser concebido como bem material, representado por propriedades como terras, indústrias, financeiras, trabalhos etc, todavia, a economia não é uma riqueza em si, independente de outros capitais. Ele precisa ser reconhecido por outro ou mais capitais para ser valorizado e maximizado. Senão, fica reduzido à riqueza em si. Mais precisamente, é como se estivesse com um imenso tesouro numa ilha sozinho, sem ninguém para fazer intercâmbio, compartilhar ou realizar algum tipo de troca. Portanto, pode ser severamente inflacionado ou deflacionado. Por exemplo, o filho artista de um industrial, mesmo possuindo uma fortuna de dinheiro para abrir uma galeria grandiosa e esplêndida, jamais fará sucesso se suas obras não forem aceitas como originais e criativas. Fica, assim, evidente a dependência de outras modalidades de capital, especialmente o cultural proveniente da educação geradora de saberes.

B - O capital social ilustra a importância do ator social pela possibilidade de monopolizar o poder. Trata-se de uma rede de relações destinada a compartilhar bens. Sua utilidade é diretamente proporcional à intensidade e durabilidade. Daí a necessidade da sua constante manutenção a fim de evitar o risco de ela desaparecer. Visa-se também participar dos dividendos dos bens coletivizados. Deste capital pode ser extraído duas importantes consequências: participa-se da rede no intuito de multiplicar os ganhos de outros capitais, como o econômico, cultural ou simbólico. Preferencialmente, até mesmo acumular todos eles. Embora tenha como fundamento a solidariedade e o usufruto coletivo, há uma relação de domínio por aquele que mantém a rede ativada ao longo do tempo e/ou quem acumulou capitais suficientes para institucionalizar a rede, tais como líderes familiares, escolares, religiosos, partidários etc;

C - O capital simbólico talvez seja o mais o frágil de todos dada a sua singularidade: a) ele é distribuído de forma desigual; b) porque não é facilmente reproduzível; é notadamente idiossincrático; quem o detém é pelo saber cognitivo tácito; um modo de fazer mais prático do que teórico; seu principal atributo é possuir algum nível de distinção; refere-se ao saber fazer de modo diferenciado; ser destacado e admirado por alguém, pelo caráter extraordinário; c) é facilmente volátil, por ser um capital, as vezes desejável, outras vezes não: basta verificar que determinada qualidade é mais desejada e outras rejeitadas (a honra ou estigma, respectivamente); é está proporcionalmente valorativo, em decorrência do reconhecimento do outro;

D - O capital cultural é, provavelmente, o mais central na teoria de Bourdieu por estar

diretamente relacionado à reprodução social e legitimar as desigualdades provocadas pelo sistema escolar - instituição, exemplar, responsável pela transmissão de conhecimento e formação individual. Importa também, pelo seu teor elucidativo: até então, era aceito que o bom rendimento escolar era atribuído às condições inatas do estudante. Entedia-se que capacidade cognitiva seria congênita. É, exatamente, o risco de naturalizar as desigualdades que Bourdieu procura combater. Argumentando que as crianças não herdam dos pais, apenas um patrimônio biológico, mas também, o cultural. Este sim, facilitador do bom ou mau desempenho na avaliação estudantil. A partir disso, o autor extrai importantes esclarecimentos para além da frieza dos números estatísticos das pesquisas demográficas. A inovação de Bourdieu advém do fato de demonstrar que famílias ricas têm recursos suficientes para estocar e agregar vastos conhecimentos adquiridos ao longo da vida: os domínios da língua culta, corporal (gestos refinados, bons gostos musical e gastronômico), intelectual (livros, arte, teatro) etc. Ora, desvela Bourdieu, nesta cultura particular é desenvolvido um refinamento estético, socialmente construído, cujo propósito maior é demarcar regras comportamentais como estratégia de monopólio de diversos capitais. Aqui, então, podemos falar da reprodução de uma cultura estética padronizada, a fim delimitar e/ou excluir àqueles que não têm acesso a tais recursos. O sofisticado arcabouço teórico de Bourdieu, consiste em nortear que a grade curricular educacional, muitas vezes, em vez de incluir, exclua aqueles que não têm oportunidade em acessar os bens de capitais emancipatórios. Portanto, é uma fonte direta das mazelas, na medida em que colabora para a reprodutibilidade monopolista do capital cultural. Vejamos, como o autor destrincha este intrincado emaranhado. Bourdieu, acredita que o conjunto dos componentes currículo escolar atende aos grupos dominantes desde o ponto de partida até o ponto de chegada na escalada da ascensão social. Isto porque, o estudante de família rica já herda ao nascer um estoque de conhecimento suficiente para reproduzir as riquezas econômicas acumuladas. O tempo da cultura, quanto mais cedo melhor, ajuda a internalizar subjetivamente padrões de comportamento e entendimento sobre a lógica das estruturas normativas da sociedade. Que poderíamos, aqui, chamar, de educação informal por ocorrer no ambiente familiar ou no entorno da rede dela. Ao chegar à escola - instituição de ensino formal - o estudante já tem uma vantagem competitiva na assimilação dos conteúdos porque a pedagogia do currículo escolar reflete exatamente esta estética dos padrões culturais da elite dominante. Fica evidente que os alunos pobres e/ou com déficits de diversos capitais, portanto, sem acesso suficiente e nenhuma vivência da cultura elitizada e imposta como uma estética de bom gosto, dificilmente terá um bom rendimento no ensino e aprendizagem. O mais agravante, quando chegarem ao mercado de trabalho, quase que inexoravelmente, não conquistarão os cargos e salários exigentes de um conhecimento propedêutico. Que serão preenchidos pelos estudantes

dos grupos familiares controladores do conjunto do capital. Entendido assim, os discentes destituídos de capitais terão desvantagem competitiva: ocupações desvalorizadas e de baixa remuneração. Ora o ciclo reprodutivo está garantido: os estudantes herdeiros de uma de melhor e ampla formação escolar, terão mais chances de trabalharem em cargos valorizados no mercado, logo, mais rentáveis e alto comando hierárquico. Não há como reconhecer, na proposição de Bourdieu, que os capitais são intercambiáveis e reprodutivos da estrutura social, na seguinte equação cíclica: capital econômico = capital cultural = capital econômico. Neste caso, privilégio é confundido com mérito. E a escola não passa de um mercado regulador e reprodutor dos privilegiados.

2 - A (dis)funcionalidade a partir do capital cultural, a exemplo do educacional. _

Para nações como a França, Estados Unidos e Inglaterra, a nova ordem do ensino seria, por excelência, racional, a partir de três princípios: a) democracia: a justiça através das leis estatais, assegurava a igualdade de oportunidade e o livre engajamento em busca dos bens necessários à vida emancipada; b) ciência: o conhecimento empírico geraria saberes que, associada à tecnologia, facilitaria a intervenção sobre a natureza em busca do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a geração de trabalho e renda; condição necessária para a cidadania plena; c) meritocracia: as realizações pessoais, são diretamente proporcionais aos esforços e talentos na busca de saberes libertários. Neste caso, racionalidade derivada da escolaridade deve espelhar a lógica da empresa, em sua aderência do mercado liberal (LAVAL, 2019).

Dito assim, a educação seria, por excelência, estratégica para inclusão social da modernização em curso. É esta razão moderna, normatizadora do sistema educacional, que Bourdieu (2007) procura desmistificar.

É possível, então, entender que as contradições do modelo educacional são funcionais, ou seja, à medida que exerce um papel relevante à preservação da ordem vigente. É disfuncional por limitar a inclusão social dos agentes destituídos dos valores dominantes. Para Bourdieu, é normativa por concentrar os diversos capitais necessários à sua reprodução: o econômico, o cultural, o social e o simbólico (BONNEWIT, 2003).

De fato, a partir da crise sistêmica educacional em meados de 1960, é realizada uma série de pesquisas demográficas, visando compreender a correlação entre o ensino e a democratização da ascensão social. O escopo destes dados abrange a França, os Estados Unidos e a Inglaterra, através do Institut National d'Études Démographiques (INED), Relatório Coleman e a Aritmética Política, respectivamente. De um modo geral, as estatísticas revelam a fragilidade deste modelo; demonstrando que os benefícios

significativos são usufruídos pelos grupos já estabelecidos: a classe média e as elites. A princípio, a ineficiência não foi atribuída à disfuncionalidade sistêmica. Casuisticamente, preferiu-se uma abordagem duplamente enviesada. Primeiro, a insuficiência dos recursos financeiros. Enquanto, a segunda, a inabilidade dos estudantes. Portanto, passível de resolver implementando as devidas correções: maciços investimentos monetários e mais cobrança na aprendizagem dos discentes com menor rendimento (BOURDIEU, 1975).

Esta abordagem gerava uma zona de conforto, por não reconhecer que a modernidade, então adotada, não era tão moderna assim. Dito em outras palavras, os três eixos que a nortearam - Estado democrático, ciência e tecnológica para fomentar o desenvolvimento e a meritocracia a partir da escolaridade - não eliminaram totalmente as dificuldades de acessos ao trabalho decente para a inclusão social, sobretudo, dos segmentos historicamente desfavorecidos.

Tal casuísmo apenas retardou em reconhecer que o ensino é disfuncional para determinados segmentos estudantis e em apresentar solução adequada à realidade de cada grupo societário. Especialmente porque a exclusão social, daí derivada, não é um caso isolado, mas, ocorre em diversos países, a exemplo dos acima citados. Desde então, se aceita que é uma problemática estrutural. Abalando a sensação de superioridade do mundo ocidental, tida como o ápice do processo civilizatório, no pós-guerra. Esperava-se que tal crise fosse pontual e passageira. Mas não foi o ocorrido. A permanência das desigualdades estruturais decorrentes da educação, exigiu um novo paradigma explicativo, a saber, a reprodução social (BOURDIEU, 1975). É no contexto das contradições das políticas desenvolvimentistas liberais, a partir da segunda metade do século XX, que o pensamento de Pierre Bourdieu está inserido. Vejamos, então.

Para o autor, a falácia em torno da eficácia do sistema de ensino e aprendizagem pode ser diretamente atribuída ao fato de atender às elites já estabelecidas e não incluir os estudantes historicamente marginalizados. Soma-se a isto o fato da massificação de ensino resultar na deflação no mercado de trabalho de certas carreiras diplomadas. Sobretudo, as certificações universitárias em detrimento das emitidas pelas escolas (BOURDIEU, 1975). De antemão, o autor considera reducionista a concepção de subjetividade autônoma. Muitas vezes, diz, são desprezadas as estruturas objetivas, autoritárias e injustas. Daí propor um arcabouço teórico distanciado do positivismo, dado seu viés determinista e mecanicista. A relação social, embora seja estruturada pela reprodução é um processo dinâmico e não dogmático. O ator social de Bourdieu não detém autonomia incondicional, ou seja, uma consciência emancipadora inata, nem mecanicamente condicionado pelas regras que regem a sociedade. Na realidade, ele herda um pacote de capitais sociais intercambiáveis que dependerá de sua habilidade para administrar tais recursos.

A partir disto, Bourdieu (1999) distancia-se das matrizes dicotômicas e antitéticas da sociologia clássica para explicar a realidade do processo de modernização ocidental. Para tanto, recusa a unilateralidade do marxismo, para quem a regulação econômica industrial reduz as classes sociais antagônicas entre burguesia e proletariado. Sendo que a sobrevivência da primeira está condicionada à exploração do trabalho deste último. Portanto, a subordinação proletária é uma condição necessária à sobrevivência do mercado liberal. Concebido como um determinante econômico, ou seja, uma força imperativa das desigualdades sociais. Na realidade, o conflito ocorre tanto dentro quanto fora das camadas sociais.

Nem tampouco concordava com a perspectiva de Weber ao defender que a sociedade é regulada simplesmente por fatores como poder, prestígio e riqueza. Inovando, Bourdieu afirma que em vez de autoexcludentes, estes pilares sociológicos são interdependentes/complementares.

Em *A Reprodução* (BOURDIEU, 1975) e *os Herdeiros* (BOURDIEU, 2014) expõe a problemática e propõe um novo olhar para o papel da educação enquanto causa para reprodutibilidade social. Apesar de não destituir a centralidade do capital cultural, através do sistema educacional, como potencialmente emancipador, admite, ele não é efetuado democraticamente. Por depender da disputa e acúmulo de outros recursos complexos, como os capitais econômico, social, cultura e simbólico. Intenciona, com isso, demonstrar com mais precisão que a mobilidade social está condicionada à concentração destes recursos materiais e imateriais, que são intercambiáveis e passíveis de transmissão hereditária.

É preciso destacar, que o neoliberalismo emergente na década de 1980 e consolidado em meados de 1990, torna a sociedade mais heterogênea e dependente da troca dos diversos capitais bourdieusianos. Se a hipótese da sociedade pós-industrial de De Masi (2001) for procedente, o capital cultural é duplamente estruturante. Vejamos porque.

Em primeiro lugar, de acordo com Rifkin (1995), em meados de 1970, a crise energética do petróleo e a saturação de bens duráveis como eletrodomésticos e carros, exige da indústria inovar para ser mais competitiva no mercado. Para Manuel Castells (2005), o capitalismo em fins do século XX, passa a ser racionalizado pela sociedade em rede, cuja comunicação é mediada pelas TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação). Isso significa que as novas tecnologias são poupadoras de trabalhadores como baixo capital cultural. Mesmo defendendo que os setores terciários (comércio e serviço), possam absorver a mão de obras desempregada pelo setor secundário (industrial), ainda assim, acreditamos que Castells não leva em conta que a reestruturação produtiva sofre dois vieses:

- O primeiro grupo a ficar desempregado é aquele com menos escolaridade. Pois, os cargos industriais requerem a capacidade de refletir como melhor organizar e maximizar os ganhos. Para isto, é preciso uma formação propedêutica. São estes profissionais que ficam com as vagas residuais, não ocupadas pelas máquinas. Os desempregados, absorvidos pelo serviço e comércio tende a exigir menos formação profissional, por isto mesmo, os salários são mais baixos e precários em termos de seguridade social.

- Em segundo lugar, a intensificação da cultura de massa tende a excluir os trabalhadores com baixa capacidade de resolver problemas complexos (interdisciplinar e transdisciplinar), assim, tendem a serem consumidores em vez de produtores de tendência mercadológicas. Neste caso, a cultura de massa e popular são excluídas pelas elites da sociedade pós-industrial (DE MASI, 2001). São as elites produtoras que ditarão o que e como consumir. Tem-se, então, a contínua reprodução social e, por conseguinte, alienação dos trabalhadores com baixo capital cultural.

Mais precisamente, vejamos como a questão do capital cultural pode afetar a mobilidade das profissões, num breve comentário de Castells (idem), ao apontar que as novas configurações do mercado referente à polarização social e econômica, derivam mais de fatores “setoriais, territoriais específicas de empresas, étnicas, de sexos e de faixas etárias”. Neste caso, Castells não nega as assimetrias persistentes nas sociedades informacionais, mas que, “as disparidades originam-se menos de sua estrutura ocupacional relativamente valorizada que das exclusões e discriminações que ocorrem dentro e em torno da força de trabalho” (CASTELLS, idem, p.284-285).

Fica evidente, então, que a problemática do capital cultural afeta diretamente os grupos sociais cujos saberes são subvalorizados na medida entrem em contradição para a reprodução dos capitais dominantes. Estamos pensando aqui, impedimentos como a falta de domínios da língua culta, diferenças étnicas e de crenças historicamente discriminadas ou estigmatizada de alguns grupos sociais, etc. A identidade cultural marginal reproduz a desigualdade em vez de serem absorvidas num processo de aculturação.

Se assim é, podemos conjecturar que Bourdieu (2008) em sua obra *A Miséria do Mundo*, desvelou as complexas estratégias do neoliberalismo monopolistas dos diversos capitais necessário à emancipação. E, conseqüentemente, dificultar a inclusão social dos grupos socialmente vulneráveis.

Bourdieu (2008, p.15-17) ao entrevistar trabalhadores residente em um conjunto habitacional periférico francês, explicita como a aquisição do capital cultural proveniente da educação é depreciado pelos próprios profissionais ocupante de cargos que não exigem maior complexidade cognitiva. Segundo o entrevistado, o diploma do curso primário foi

obtido meramente por sorte, já que continha “52 erros ortográficos”. Os saberes que lhes serve para a sua sobrevivência, vieram da aprendizagem prática no próprio trabalho. Então, não lhe interessava um conhecimento teórico da física ou da química, se não tinha como aplicar no cotidiano profissional. Esta entrevista, revela para Bourdieu (idem, p.18), que a falta integração da ordem industrial à ordem social, impactou na massificação do desemprego dos anos de 1980. Portanto, a falta de esforços de escolarizar o profissional de acordo com as novas demandas industriais, decifrar códigos complexos dos processos fabris; tornou trabalhadores de baixa escolaridade facilmente descartáveis; diferentemente das profissões de gerenciamento ou que requer criatividade oriunda do conhecimento escolar propedêutico.

Nesta pequena amostragem podemos, por assim dizer, compreender a preocupação de Bourdieu em desvelar a lógica liberal, como a retirada do Estado enquanto guardião das causas sociais; que deveriam ser resolvidas pela regulação da mão invisível do mercado, fundamentado na lei da oferta e procura. A oferta de trabalho e renda decente, ocorre de acordo com a demanda da indústria; que, ironicamente, a partir dos anos de 1990, necessita de trabalhadores qualificados para solucionar problemas da produção que as máquinas não podem realizar. Isso significa que o esforço físico é realizado pelo maquinário e o esforço intelectual cabe ao trabalho humano. Ora, é evidentemente contraditório demandar por profissionais mais qualificados exatamente no momento em que o Estado deixa de ser o principal responsável pelo ensino e aprendizagem em termos mais qualitativos e domínios complexos. Pois, se a educação ficar a cargo do mercado privado, dificilmente, os pobres e miseráveis poderão acessar as instituições de ensino, historicamente destinados aos grupos sociais que concentram os diversos capitais. Retirando a legitimidade do Estado Libreral (HABERMAS, 1987)

3.1 - Movimentos Sociais: o engajamento em luta pelo reconhecimento e pertencimento.

Bourdieu não é considerado um teórico dos movimentos sociais. Mas, seus textos estão direta ou indiretamente atrelados a eles. Seu arcabouço teórico é contundente em criticar o acesso antidemocrático aos diversos capitais, assim como, é engajado na luta e resistência à opressão/exclusão social. Destacando o capital cultural, por estar relacionado à educação como produção e reprodução de saberes necessários à uma vida emancipada.

De fato, basta verificar que na antiguidade clássica e medieval, a escravidão e a servidão tentavam naturalizar as diferenças sociais. Não podemos desprezar o fato de que o conhecimento era um distintivo para classificar e hierarquizar as pessoas. O ócio grego, era exatamente o tempo necessário para a educação de saberes cívicos, condicionante

da cidadania. O que era o bárbaro, senão, àquele que desconhecia a cultura grega? No medievalismo, o saber teológico servia como guia de conduta que, por sua vez, propiciava ao clero participar dos estamentos privilegiados, ao lado dos nobres. Não há como negar que a condição cidadã do homem, está atrelada aos domínios de saberes (MIGEOTTE, 2005). Em poucas palavras, saber = poder.

Fica dada a lição para os nossos dias, que o fator educacional ser condicionante para que, a partir dos saberes adquiridos, lutar e resistir às políticas desenvolvimentista que reproduzem e controlam os diversos capitais, a exemplo da neoliberal vigente. Então, poderíamos, por assim dizer, que os movimentos sociais, em termos bouerdiesiano, objetivam eliminar os privilégios herdados e concentrados dos respectivos capitais: econômico, social, cultural e simbólico. E não custa acrescentar, que toda ação do homem tem um caráter pedagógico, sobretudo, levando em conta o conceito de práxis.

Em vez de ater à precisão conceitual do movimento social, vamos focar em seu princípio: devir dialético. Destacando o movimento se dá pelas práxis. Como veremos a seguir.

O movimento social é, a grosso modo, a organização e mobilização em busca de reconhecimento da vida cidadã em sociedade. É neste e não em outro espaço que o ator social preservar-se-á sua condição humana. Falar no engajamento social como expectativa de mudança, é entender que a sociedade moderna é um mundo dinâmico, de transformação do meio em que vive e não adequação a ele. Educar-se, aqui, é buscar conhecimentos necessários à emancipação pela verdadeira via cidadã - o conjunto de direitos civis, sociais, políticos e culturais.

Teóricos dos movimentos sociais, a exemplo de Alain Touraine (2003), considera a sociedade moderna movida pelo ator social, atuante e resiste às estruturas excludentes. Segundo Touraine, um movimento social contem três fundamentos: a) a identidade não homogênea, motivadora para o ator social agir coletivamente, em luta por pautas diversas, tais como os movimentos estudantis em maio de 1968, feministas, ecológicos, etc); b) um conflito entre oponentes, em decorrência de sucessivas hierarquizações impostas pelos grupos dominantes para além das classes sociais; uma vez que a luta não é centralizada contra burguesia, mas, quaisquer instituições com práticas excludentes; sejam elas religiosa, política, tecnoburocratas, etc.); c) e totalidade (transição da sociedade industrial no sentido marxista, cuja economia material é protagonizada pela relação dicotômica burguesa versus proletariado, para a sociedade pós-industrial, de economia imaterial, cujo insumo produtivo é a informação e o conhecimento para a inovação tecnológica. Aqui, a estruturação se dá pela divisão internacional do trabalho, tida como previamente programada: quem cria e quem executa os bens de produção. A criação fica por conta dos países centrais com maiores níveis educacionais (Estados Unidos e Europa); já a execução

fica a cargo dos países periféricos com baixos índices quantitativos e qualitativos de trabalhadores escolarizados. Adentra-se num modelo societário, cujo nível educacional é determinante para inclusão social do acesso dos diversos capitais emancipatórios.

Ora, não podemos desprezar o fato de que a sociedade pós-industrial emerge sob os critérios políticos e econômicos neoliberais. Sinteticamente, refere-se à retirada do Estado keynesiano (DRAIBE e HENRIQUE, 1988), que fomentava o desenvolvimento econômico atrelado à geração de trabalho e renda. Vale lembrar que a cidadania está condicionada ao mundo do trabalho: financiamento público da educação, garantia de um salário mínimo, férias, assistência à saúde e moradia, aposentadoria, etc. E proteção aos incapacitados para atividades trabalhistas. Com a retirada compulsória do keynesianismo, também chamado de Welfare State, tem-se a instauração estrutural do Estado mínimo: mínimo, é atuar o mínimo possível. E, invariavelmente, o minimalismo, aqui, é uma referência aos déficits sociais. Pois, diante de uma eventual crise econômica, tem-se que: a) o primeiro corte de custo é o trabalho; quanto ao desemprego, sacrifica-se, primeiramente, o trabalhador de baixa qualificação, ou seja, insuficiente capital cultural; b) o Estado deixa de ser mínimo também, porque se a crise for aguda e prolongada, costuma socorrer as empresas com risco de insolvência. A cadeia produtiva de trabalhadores oriundos do ensino universitário ocupantes de cargos de comando em vez de execução, costumam ser os últimos demitidos.

3.2 - Movimentos Sociais: o campo e espaço com estratégia de resistência e luta pelos direitos

O liberalismo, enquanto princípios teóricos, representa uma realidade prática de empobrecimento e miséria dos despossuídos de diversos capitais. É o que sentencia Pierre Bourdieu (2008) e seus colaboradores nas pesquisas realizadas em *A Miséria do Mundo*. Neste texto, já contém instrumentos de luta e resistência para lidar com a opressão do liberalismo excludente. Ou seja, um movimento para enfrentar a reprodução estática, ou seja, que retroalimenta o poder dos grupos dominantes. Além dos capitais sociais, Bourdieu nos concede duas estratégias para a atuação dos atores sociais engajados: campo e espaço.

O espaço representa uma série de campos, como o filosófico, religiosos, jurídico, literário, artístico, campo esportivo, dentre outros a serem identificados à medida que o ator social for demandando. Cada campo procura delimitar a área de atuação por ter suas próprias regras.

Claro que pode existir uma guerra entre campos, pondo em dúvida a legitimidade de cada um, mas, a sua pertinência, ou seja, a existência das regras normativas. Como a ciência

poderia afirmar a inexistência do campo religiosos, por ser pura metafísica? Cada campo, tem sua autonomia, ainda que possivelmente relativa. A pertinência de cada campo, está no habitus - práticas cotidianas, como ação física e mental. O habitus não é uma atuação determinista, pois se trata de comportamento no contexto de probabilístico e não de previsibilidade (BONNEWITI, 2003).

Do que foi dito até aqui, acreditamos que Boudieu empreende um grande esforço para criar uma série de categorias analíticas, ainda que muitas vezes elas se confundam na sua utilização (DOMIGUES, p.35) para dar conta do processo de modernização e suas complexidades topológicas. Quanto ao nosso propósito, elas são úteis para dar conta dos movimentos sociais na modernidade, levando em conta que ela está constantemente em transformação. Obviamente, não podemos perder de vista, o que realmente muda e dizendo, muitas coisas mudam, para serem preservadas. Como é o caso da reprodução social, que pode passar por algum tipo de modificações, mas, sem ameaçar os grupos detentores dos capitais, portanto, preservando a ordem neoliberal.

Entendemos que o movimento social é um ativismo de resistência e luta por diversos recursos na sociedade, em constante disputa, a exemplo dos capitais postulados por Bourdieu. Estes recursos estão dispersos em temáticas referenciais. Quanto mais moderna a sociedade, surge uma diversidade de campos, ou seja, áreas de domínios. Eles existem à medida que houver necessidade para atender dilemas do homem. Dito em outras palavras, dar conta do processo de modernização e as demandas dos indivíduos por inclusão de direitos plenos.

Em cada um dos campos, o ator social deve ocupar espaços de atuação. O ator moderno transita por vários campos que possui princípios normativos próprios, onde deve saber jogar as regras impostas na tentativa de participar ou mudar as regras sempre que seja possível. A título de ilustração, podemos fazer um exercício de imaginação, ao conceber o ator social como o um ser complexo e que transita em diversos campos e, assim, poder trabalhar, ter lazer, rezar seus credos, namorar e casar. Para isto, deve praticar seu ativismo social participando dos movimentos sociais na luta pela inclusão social mediante as novas necessidades. Para tal engajamento, ele precisa saber das regras mínimas para não ser sumariamente expelido em cada trânsito percorrido. Dito em outras palavras, em cada um destes hipotéticos campos, precisa ter habilidade para estrategicamente ocupar e agir espacialmente sem que seja expulso do território. É o habitus, então, que lhe dá esta habilidade e competência. O indivíduo não nasce pronto. A partir da reflexividade aprende agir estrategicamente para modificar e ser modificado, de modo a participar, pertencer e ser reconhecido socialmente. O ator social de Bourdieu é um praticante da práxis a partir do habitus.

3.3 Movimentos Sociais como práxis: contra a reprodução neoliberal pandêmica

Abordaremos a práxis como resistência à nova onda neoliberal representada pela extrema direita que atuou de forma avassaladora; agindo como um tsunami na vida dos indivíduos vulneráveis - pobres e miseráveis - detentores de baixos índices de capitais assinalados por Bourdieu. Que mediante a escassez de tais recursos não tiveram a liberdade entre ir trabalhar ou ir para casa, a fim de ficarem protegidos do contágio provocado pela pandemia da covid-19. Neste caso, a tríade educação-trabalho-vida, nos permite parafrasear a máxima marxiana, que devemos trabalhar para viver e não viver para trabalhar, aqui realinhada ao século XXI: homem deve trabalhar para viver, e não trabalhar para morrer. Ou seja, o neoliberalismo da extrema direita, agravou aquilo que já estava grave: da precarização do trabalho à sentença a morte do trabalhador. Pois, o que vimos recentemente no mundo ocidental, vários países orientados pelo neoliberalismo de extrema direita, defendo: vida ao mercado em vez de vida daqueles que precisam trabalhar para sobreviver (DAVIS, 2020).

A perplexidade fica por conta de quem pôde permanecer vivo, no ápice pandêmico foram aqueles quem tinha os capitais suficientes para não ficarem expostos ao vírus: habitar numa moradia decente, com divisões adequadas, acesso a água, energia elétrica e esgotamento sanitário; mídia para conectar com as novas tecnologia da informação e comunicação acoplada à internet; instrução educacional de forma a ter domínios da língua e escrita cultas, alfabetização não funcional e ter feito cursos universitários propiciadores de um capital cultural para dar conta de soluções criativas para um mercado econômico desestruturado pelas regras tradicionais e não pelo teletrabalho (AVITZER, 2021, DAVIS, 2020).

É contra o silenciamento da voz dos excluídos, os destituídos dos diversos capitais necessário à cidadania plena, que requer o engajamento aos movimentos sociais pela via da práxis (GOHN, 1997).

Hannah Arendt (2003) foi quem, talvez, melhor expressou as possibilidades da atuação do trabalho, como ator social. Arendt entende que o homem age no mundo a partir de três formas: labor, trabalho e práxis. O labor é a labuta do homem para atender suas necessidades materiais de ordem biológica ou ciclo vital, sua produção se esgota no próprio ato de consumir. Está mais próximo, então, da vida dos animais na busca pela sobrevivência, que corresponderia ao homo laborans/animal laborans, neste caso, significa a submissão do homem à natureza, aos ciclos da fartura e escassez, enfim, das intempéries. Trabalho, por sua vez, é associado a poiesis, são os objetos construídos pelos homens a partir da extração dos recursos naturais para serem trocados; tem-se aí o homo faber construindo um mundo entre o natural e o social mediado pelas trocas. De acordo

com Arendt, entretanto, é a práxis, no sentido grego, que verdadeiramente promove a liberdade, tendo em vista que o indivíduo é um ser plural e que precisa criar estratégias para viver em sociedade e, ainda assim, preservar sua emancipação. Práxis significa ação acompanhada de reflexão, agir-refletir-agir. Para agir o homem precisa refletir de modo que suas ações sejam carregadas de racionalidade suficientemente emancipatórias.

Acreditamos que o pensamento de Arendt proporciona subsídios suficiente para apreendermos os descaminhos do trabalho na modernidade. Salvo as devidas exceções, o trabalhador moderno foi progressivamente aproximando do homo faber em detrimento do homem da práxis. Dito em outras palavras, ao ser integrado à sociedade da produção e do consumo, consumiu para si e esqueceu-se do outro excluído. Se o trabalhador não foi alçado ao status de burguês, se comportou como pequeno burguês. Consumiu e tornou ou outro invisível na esfera pública dialógica. Se atuação do trabalho como homo faber na esfera pública, ficou paulatinamente distanciada da práxis, aqueles que vivem desta atividade também foram progressivamente destituídos da condição de cidadão. Ou deixou de ter voz cidadã. Resta saber, quem calou o trabalhador.

Se levarmos em conta a tendência da onda neoliberal de extrema direita, não precisa titubear, foi a extrema direita de cunho fascista. Insensível à pobreza, miséria e morte. Morte, obviamente, do diferente de si. Morte da alteridade. Todos aqueles que não compartilham dos capitais hegemônicos.

Gostaríamos, então, de atrelar o engajamento dos postulados de Pierre Bourdieu ao pensamento de Paulo Freire, por serem complementares. Sobretudo, também por dedicarem à problemática ao mundo do trabalho e da educação como dois setores diretamente atingidos pelo neoliberalismo de extrema direita. Vale lembrar, dois importantes recursos para criar estoques de capital. Sem trabalhar como o pobre e miserável poderão acumular riquezas, com o desmonte do Estado do bem-estar social, que fomentava o crescimento econômico com a proteção dos vulneráveis? Para Bourdieu (1975), o capital econômico e o capital cultural educacional, são interdependentes. Numa equação exponencialmente infinita: capital econômico gera capital cultura, que gera mais capital econômico, que gera mais capital cultura. No binômio cíclico saber gera poder, poder gera saber. O poder econômico permite acessar o conhecimento educacional necessário para lidar com as regras da vida em sociedade. Em posses destes saberes, é possível acumular mais riquezas econômicas. Especialmente na sociedade pós-industrial que é dependente de conhecimento para inovar na produção de bens, serviços e comércio.

Partimos do pressuposto de que a educação e trabalho permitem a liberdade de escolha, conforme já exposto no pensamento de Arendt (idem). Ora, por que não conjecturar que a práxis é o amálgama entre o fator educacional e o trabalhista. Pensamos aqui que trabalho

sem educação, tende a ser uma atividade precarizada (BRAGA, 2012) , muitas vezes, análoga à escravidão ou servidão. Uma espécie de trabalhador bárbaro, incapaz de decifrar os códigos das racionalidades econômicas neoliberais. Educação sem trabalho, tem o risco de estar dissociada da vida prática, e recair numa espécie de filosofia da educação. Do trabalhador demiurgo. Mesmo em casos da docência, que é uma atividade trabalhista, não pode estar dissociada da práxis. Pois, quem ensina também deve aprender.

Aceito assim, a práxis educacional de Paulo Freire talvez nos aponte um caminho trilhado por Bourdieu. Aceito assim, gostaríamos de situar os postulados freirianos no contexto brasileiro, que seguiu o modelo da modernização conservadora. Basta lembrar que o milagre brasileiro durante a ditadura militar, alcançou um dos maiores crescimentos mundiais às custas do achatamento salarial e repressão aos movimentos dos operários, com prisão e assassinatos (SAINSSAULIEU e KIRSCHNER, 2006). Daí, não ser surpreendente que o neoliberalismo de extrema direita foi instaurado sem nenhum constrangimento, levando em conta o amplo apoio da classe média e das elites. Obviamente, o suficiente para eleger uma significativa representação política partidária deste espectro extremista. Tradicionalmente, o Brasil aderiu ao moderno, mudando para permanecer tudo como sempre esteve.

Daí a atualidade de um dos textos de Paulo Freire. Parece falar para uma plateia do século XXI, polarizada em seus nichos comunicativos de conhecimento. Freire (2011) questiona se estamos encaminhando para a beira do abismo, cujo destino ameaça o diálogo entre pontos de vista divergentes e a intolerância da alteridade. A inquietação freiriana é pertinente, considerando como chegamos à segunda década do século XXI, sob o risco de retroceder na inclusão social de uma sociedade discriminatória e intolerante aos não pertencente aos campos hegemônicos de raça (branco), religião (cristã), política (neoliberal de extrema direita), etc.

Apráxis apregoada por Freire tem alcance multidimensional, por defender uma emancipação não reformista, a exemplo do nosso sistema estrutural ideológico partidário, econômico e educacional, mas sim, revolucionário. Intento alcançável se o protagonismo emancipatório for guidão pela educação. Esta, uma vez capilarizada, pode irradiar conhecimento para o uso dos capitais compartilhados entre os pobres e miseráveis.

Certamente, trata-se de um desafio em tempos de polarização cultural, portanto, ideológica.

Considerações Finais

Ainda que sem esgotar, esperamos ter provocado a problemática do liberalismo presente no conjunto da obra de Pierre Bourdieu e a sua atualidade nos tempos do neoliberalismo de extrema direita, sobretudo, devido a precarização da vida no mundo da educação e no mundo do trabalho. Acreditamos que a modernidade ao tentar romper com o tradicionalismo da antiguidade clássica, ainda possa dar continuidade à modernização através da práxis e, conseqüentemente, a distribuição mais justa e democráticas dos diversos capitais necessária a uma vida libertária. O que pode ser mediado pelo capital cultural.

Aceito assim, mas que aprofundar, tentamos realizar uma análise panorâmica do pensamento de Pierre Bourdieu, especialmente, no momento que sua obra de viés mais sociológico *A Miséria do Mundo*, comemora trinta anos de seu lançamento. Demonstrando a atualidade e pertinência de suas preocupações. Vale destacar que a recente experiência da pandemia provocada pela covid-19, fez emergir novas configurações excludentes representada pela polarização oriunda no neoliberalismo em sua vertente de extrema direita. E sua dificuldade de lidar e tolerar com a heteronomia. Trazendo de volta as ameaças do passado inspiradas no fascismo e nazismo.

Dito assim, mas que esclarecer, procuramos com este texto provocar novas investigações explicativas a fim de evitar o retrocesso de conquistas sociais, ainda que relativas, alcançadas na segunda metade do século XX; que a segunda década do século XXI, parece querer abolir.

Portanto, é preciso pensar Bourdieu ainda por propor apreender sociedades complexas como a moderna, sob a perspectiva da complexidade, obtida a partir do entrelaçamento dos respectivos capitais.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. A Condição Humana. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- AVITZER, Leonardo. Política e Antipolítica - a crise do governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2021
- BRAGA, Ruy. A Política do Precarizado - do populismo à hegemonia Lulista. São Paulo: Boitempo, 2012
- BONNEWITI, Patrice. Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu II Patrice tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A Miséria do Mundo. Tradução: Mateus S. Soares Azevedo Petrópolis: Vozes, 2008
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.
- BOURDIEU, P; PASSERON, J.-C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Tradução: Maria Alice Nogueira. Petrópolis: Vozes, 2007.
- Bourdieu, Pierre, 1930- A Profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas. In: Pierre Bourdieu; Jean-Claude Passeron; Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. - Petrópolis, RJ : vozes, 1999.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Tradução: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- DAVIS, Mike. A Peste do Capitalismo Tradução: Artur Renzo e Murillo van der Laan. São Paulo: Boitempo, 2020
- DE MASI, DOMENICO. O Futuro do Trabalho. Tradução: Yadyr A. Figueredo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, Crise e Gestão da Crise: um balanço da literatura internacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 6, vol. 3 , 1988.
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e

contemporâneos. São Paulo, Loyola, 1997

LAVAL, Crhistian. A Escola não é uma Empresa. Tradução: Mariana Echalat. São Paulo: Boitempo, 2019

MIGEOTTE, Léopold. Os Filósofos Gregos e o Trabalho na Antiguidade. In: ECURE, Daniel e SPURK, Jean. O Trabalho na História do Pensamento. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillar e Sônia Guimarães Taborda. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

PIKETTY, Thomas. O Capital do Século XXI. Tradução: Monica Boumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. Capital e Ideologia. Tradução: Dorothée de Bruchard et al. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

RIFKIN, Jeremy. O Fim do Emprego. Tradução: Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

SAINSSAULIEU, Renaud E KIRSCHNER, Ana Maria. Sociologia da Empresa: organização, poder e cultura e desenvolvimento no Brasil. Tradução: Jaime A. Clasen. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

TOURAINÉ, Alain. Poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.